



Associação Brasileira de Agronegócio e Negócios da Região de Ribeirão Preto

Somando esforços



A capacidade de investimento do setor público vem diminuindo a cada ano, ao contrário das necessidades da população que só aumentam, resultado da falência dos instrumentos de políticas públicas. As empresas privadas, há muito, vêm cobrindo parte dessa deficiência aplicando recursos em ações sociais. Os resultados da segunda Pesquisa Ação Social das Empresas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizada nas regiões Sudeste e Nordeste, revelam que o percentual de empresas privadas que fazem algum tipo de ação social, em caráter voluntário, aumentou tanto no Nordeste, de 55% para 74%, quanto no Sudeste, de 65% para 71%, em 2003. Apesar de, relativamente, um maior número de empresas atuarem no social, o aumento no volume de recursos, segundo o IPEA, não foi proporcional. O investimento atingiu R\$ 4,7 bilhões em 2000.

Foi acreditando neste perfil do empresariado brasileiro que o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto decidiu apostar em um projeto ousado: a construção de um hospital especializado no atendimento de crianças e adolescentes. O HC Criança será o 3º hospital público do país e o primeiro no interior de São Paulo, a aliar o tratamento de alta complexidade ao incentivo à pesquisa e à assistência integrada entre várias necessidades dos tratamentos. Serão 38 especialidades trabalhando conjuntamente.



Hoje, dos 4 milhões de pacientes atendidos pelo Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, 1,3 milhão são crianças, oriundas de diversas cidades da região, do estado e do país. Com a construção do HC Criança, além de um tratamento diferenciado para os pequenos pacientes, os adultos também serão beneficiados, pois serão liberados 30% dos leitos.

O orçamento da obra de 6 pavimentos, com 12 mil m², é de R\$ 20 milhões. O Ministério da Saúde liberou R\$ 3 milhões e o Governo de São Paulo, R\$ 5 milhões, prometidos para o início de 2006. A iniciativa privada e as pessoas físicas são, portanto, a grande esperança para a execução da obra, que dependendo do ritmo das doações pode durar entre 3 e 5 anos, segundo a Diretoria Clínica do HC. A ABAG/RP, entre outras associações e empresas, foi escolhida como embaixadora do projeto, para auxiliar na busca de novos parceiros.

Duas boas iniciativas podem ser tomadas por aqueles que querem participar do projeto ainda

neste ano: a compra do cartão de natal do HC Criança, cujos desenhos foram feitos por alunos da classe hospitalar do HC Ribeirão Preto; e a dedução no Imposto de Renda da doação feita para o projeto, até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução (Lei nº 9249/95, § 2º, inciso III). As doações podem ser feitas para a FAEPA - Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), que se caracteriza como entidade de utilidade pública federal.

A primeira grande doação para o HC Criança foi feita na última semana de outubro por uma empresa do agronegócio associada à ABAG/RP: a Produtos Veterinários Ouro Fino, de Ribeirão Preto. A empresa doou R\$ 100 mil. Segundo seu vice-presidente, Jardel Massari, a decisão foi tomada porque a empresa reconhece a importância da obra. Neste ano a Ouro Fino não utilizará o benefício da dedução no IRPJ, mas como estão previstas novas doações, a empresa poderá utilizar-se dele no futuro. Jardel lembra que pessoas físicas também podem doar parte do imposto de renda devido.

Para conhecer os detalhes do projeto acesse o site www.hccrianca.org.br, faça contato pelo telefone (16) 3602-1000, ou contato@hccrianca.org.br

Filho feio n

O título dessa matéria foi retirado da sessão Fórum dos Leitores do jornal O Estado de São Paulo do dia 17 de outubro. Abaixo está reproduzida a carta do engenheiro agrônomo Helton Pirillo Ferreira Leite, de Lorena, SP:

Pela primeira vez nos últimos 30 anos concordo com o raciocínio lógico do presidente Lula. Sim, de fato, “o primeiro responsável pela vacinação do rebanho é o proprietário, que sabe que precisa fiscalizar por que aquilo é seu patrimônio, seu ganha-pão”. Mas, caso o proprietário tenha vacinado corretamente, os responsáveis passam a ser o laboratório, pela eficiência da vacina, e o governo, pelo controle de contrabando de gado na fronteira, pela fiscalização da qualidade da vacina e da própria vacinação nas propriedades vizinhas. Estranho apenas o fato de o governo comemorar como sua responsabilidade os sucessos econômicos, especialmente no comércio exterior: ele se sente responsável apenas pelas vitórias, não pelas derrotas. Não seriam os empresários “os primeiros responsáveis?” Filho feio não tem pai.

A paternidade do filho prodígio todos querem assumir, mas pai de verdade é aquele que investiu na criação, nos estudos e nas especializações. É aquele que apoiou, de fato, nos momentos difíceis. Pai é o que comemora vitórias e divide os fracassos.

O agronegócio, há duas décadas superavitário, vem cobrindo o desempenho negativo dos outros setores da economia na balança comercial brasileira. Para não puxar muito pela memória, segue abaixo um gráfico comparando o desempenho do agronegócio com todos os outros setores da economia desde 1980. O agronegócio é de longe o setor que mais emprega no país. De cada 100 postos de trabalho, 37 são gerados por ele. Empregos que proporcionalmente têm um custo de investimento muito menor que nos outros setores. E o PIB nacional? 30% é agronegó-



cio, um número irrefutável no sentido de mostrar a importância do setor na economia.

Nos últimos 5 anos a visão do governo e da sociedade em relação ao agronegócio tem estado muito mais próxima da realidade do que em outros tempos. O setor está mais citado, mas nem por isso mais valorizado. O ano de 2005 é prova disso.

A área econômica do governo costuma alardear que sua pauta é a mesma do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Outra postura corriqueira é a disposição em ouvir os diferentes segmentos para discutir o “aperfeiçoamento” de ações futuras e garantir respaldo ao setor.

“A área econômica tem total clareza da importância do agronegócio para o Brasil”. Esta tem sido uma afirmação ouvida frequentemente por lideranças do setor, como em maio passado, durante a Agrishow, quando o Ministro da Fazenda esteve com líderes do agronegócio brasi-

leiro, acompanhados pelo Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Foram apontadas, na ocasião, as principais dificuldades enfrentadas pelo setor, naquele momento agudo de pós-seca no Sul do país, quebra de safra, juros altos, carga tributária elevada, desvalorização cambial, entre tantos outros problemas.

Cinco meses após a reunião pouca coisa mudou. Muitas pioraram. Com o plantio da safra de verão em curso e a crise “antiga” ainda não resolvida, a insegurança domina o agronegócio em toda sua extensão: antes, dentro e depois da porteira.

Após alguns anos de boas notícias, a crise atual traz à tona a pecha de “setor chorão”. Para piorar, a constatação de focos de febre aftosa, que prejudica não apenas os pecuaristas, mas põe em xeque a defesa sanitária do país e a credibilidade de todo o setor. A maior parte da agricultura atravessa uma de suas piores crises. Ações tomadas agora, ou não, vão refletir no futuro, como já aconteceu este ano.

... não tem pai



A crise anunciada não significou uma tomada de atitude e o reflexo está surpreendendo só mesmo quem não quis ouvir ou enxergar. O problema é grave. O custo e o juros cresceram, a receita e a renda caíram. O “melhor” exemplo é o arroz. Com a seca no Sul e a entrada de produto importado, o custo despencou para os consumidores e, proporcionalmente, a renda para os produtores. Mas essa boa notícia para o consumidor não é resultado de uma política para redução de custo, como chegou a ser anunciado, é transferência de renda. É falta de política.

Apesar de todos os fatores negativos, o volume de exportações do agronegócio está em um patamar elevado contribuindo para aumentar o saldo da balança comercial. A explicação para esta aparente contradição está centrada no setor privado. As cadeias produtivas e os produtores, que conseguiram conquistar novos mercados, estão honrando seus contratos, mesmo perdendo dinheiro, para assegurar futuras vendas. Isso

garante a independência frente a eventuais sucessos ou fracassos de intermináveis e caros acordos comerciais pilotados pela diplomacia brasileira.

O setor tem trilhado seu próprio caminho. Na área de logística, com investimentos privados em estruturas de armazenamento, em terminais portuários e redes ferroviárias, que só não são maiores porque as tão propaladas Parcerias Público-Privadas (PPPs) não saíram do papel. As pesquisas custeadas e desenvolvidas pelo setor estão paradas, porque o papel está parado. A Lei de Biossegurança foi aprovada, mas ainda não regulamentada. Este atraso pode significar um retrocesso nos avanços anteriores, por falta de continuidade, e a perda de terreno em relação às inovações de outros países.

O Brasil continua sendo o maior país agrícola do mundo sem seguro rural. A lei foi aprovada, verdade, mas faltam recursos. O seguro rural é mais uma das políticas que, se já tivesse sido implantado, teria evitado a maioria dos problemas enfrentados pela agricultura brasileira ao longo desse ano, e de muitos outros.

A aventura de ser o maior setor da economia do Brasil passa ainda pela incerteza de ser produtor rural, em um país onde a histeria, em nome do meio-ambiente, deixa de lado aspectos científicos para se basear em “achismos”, que de tão propalados são tomados como verdades. Onde fiscais do IBAMA, responsáveis pela preservação, deveriam ser acusados de facilitar a devastação. Onde madeireiros ilegais são chamados de fazendeiros. Onde invasões de terra são feitas com dinheiro público. Onde defender o direito à propriedade é tido como pecado mortal.

A expansão do agronegócio está ameaçada. É preciso reconhecer que a agricultura e a pecuária têm peculi-

aridades que as tornam mais vulneráveis que outros setores. Apesar da tecnologia utilizada no campo, o produtor não tem controle sobre tudo o que acontece após o plantio. A semeadura não pode ser retardada e os produtores podem, no máximo, optar por utilizar um menor pacote tecnológico e correr, portanto, mais riscos. Ele precisa torcer para que chova, no momento e na medida certa. Que não ocorram grandes oscilações de preços, para que os custos não excedam os preços de venda, inviabilizando a continuidade das atividades.

Os números do agronegócio não deixam dúvidas de que, em curto e médio prazos, qualquer projeto de desenvolvimento para o país passa necessariamente pelo setor. Entre os pontos fortes estão: o grande estoque de terras férteis a serem cultivadas; a tecnologia nacional desenvolvida e ainda não totalmente incorporada; o menor custo na geração de novos empregos, comparado a outros setores; isto sem falar do potencial para a bioenergia, do clima e da disponibilidade hídrica do país. Ignorar tudo isso é desprezar o futuro.

O agronegócio não procura por um pai, mas dispensa o padrasto.

Erramos

No informativo anterior publicamos números incorretos sobre a colonização e a atividade agrícola dos japoneses no Brasil.

Segundo Shiro Kondo, diretor da Notakyo, Cooperativa Central Agrícola e de Colonização do Brasil, fundada em 1957, os números são:

População japonesa (até a 6ª geração):

1.500.000 pessoas

Produtores: 54 mil

Total de área plantada: 600 mil hectares, sendo 450 mil com cereais

Pecuária: 350 mil cabeças

Aves poedeiras: 20 milhões

Aves de corte: 88 mil

Suínos: 17 mil

Jardinópolis: boca amarela com muito orgulho

Antigo distrito de Batatais, teve como primeiro nome, Ilha Grande, devido a uma ilha no Rio Pardo bem próxima ao povoado. Em 1896 teve seu nome mudado para Jardinópolis, uma homenagem ao jornalista e ativista republicano, Antonio Silva Jardim, que desapareceu tragicamente durante uma erupção do vulcão Vesúvio, na Itália. Dois anos depois o distrito conseguiu sua emancipação política. Época do café, quando os imigrantes italianos, espanhóis, sírio-libaneses e japoneses eram maioria entre os moradores, e a cidade viveu sua maior fase de desenvolvimento, quando foram construídos os principais prédios da cidade. Com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, Jardinópolis viveu sua primeira crise, que foi superada graças a uma coincidência...

Seu primeiro prefeito, Dr. Muniz Sapucaia, levou para a cidade, em 1898, mudas de mangueiras, fruta que o fascinou durante uma viagem à Bahia. Foi a manga que ajudou Jardinópolis a superar a crise do café. Dos anos 30 até meados da década de 80, a fruta, em seus pomares nativos, era responsável pela riqueza da cidade. Um terço da população trabalhava na cadeia produtiva da manga, até que uma praga dizimou os pomares, dando lugar aos canaviais que até hoje são predominantes na zona rural.

Uma história que pode mudar novamente. O atual prefeito quer fortalecer a fruticultura, reintroduzir a manga na cidade e estimular o plantio de outras frutas. "A fruticultura distribui melhor a renda, a qualidade da mão-de-obra é outra, e o salário também", explica o secretário da agricultura municipal, Emanuel Lima. O uso da tecnologia será prioridade. O professor Fernando Mendes Pereira, da Unesp de Jaboticabal, foi contratado para orientar e capacitar os produtores. O pêssego e a goiaba já estão sendo plantados em escala e a manga deve voltar em breve a ocupar o espaço que deixou na cidade. A vontade é tão grande que depois de 12 anos sem sua mais famosa festa, Jardinópolis voltou a realizar a festa da manga. As frutas deste ano vieram da Bahia, para onde um produtor da cidade se mudou há oito anos. Com o novo incentivo, Carlos Fiacadori, que cultiva 200 hectares em Petrolina, já prepara sua volta à cida-



Foto: Prefeitura Municipal

de onde já plantou 20 hectares de manga com tecnologia de ponta, para conseguir 2 colheitas por ano, como acontece no nordeste.

A cidade quer, assim, voltar aos bons tempos, uma vez que a vocação local é mesmo a agricultura. Dois programas, recém lançados, revelam a força dessa iniciativa: os trabalhadores rurais recebem, através Bom dia Trabalhador, café da manhã completo, são 1200 kits distribuídos todos os dias. Em breve os pequenos produtores terão espaço no mercado municipal, em construção, para comercializar diretamente seus produtos.

Mas Jardinópolis é uma cidade privilegiada. Apesar da proximidade com Ribeirão Preto, 20 quilômetros, consegue manter um comércio razoável e um parque industrial variado, onde predominam as indústrias de produtos químicos, de móveis, uma agroindústria, a Jardest e uma das mais

conhecidas fábricas de botina do país.

A cidade, hoje com 33 mil habitantes, é conhecida regionalmente por uma característica pouco positiva. As casas não possuem hidrômetro e a conta de água é fixa: R\$ 25,00 por mês. Em decorrência disso o consumo é altíssimo, uma média de 550 litros dia por morador. Essa situação deve ser modificada. O Comitê de Bacia do Pardo, via do Fehidro, vai instalar 10 mil hidrômetros até meados de 2006. O projeto de construção de uma estação de tratamento de esgoto também deverá ser aprovado para o próximo ano, para entrar em funcionamento até 2007. Outra boa notícia para o meio-ambiente local é que o lixão acaba de ser desativado, dando lugar a um aterro sanitário já em processo de certificação.

Na educação pública a cidade resolveu mudar a metodologia e contratou uma rede particular para fornecer o material e o treinamento para seus professores. Na área da saúde a prefeitura está tentando criar um plano específico para seus 1.200 funcionários, para viabilizar financeiramente a Santa Casa local, que há anos está sob intervenção. Jardinópolis busca novos tempos trilhando velhos caminhos. Em 3 anos a cidade quer voltar a ser referência nacional em fruticultura. Em 6 anos espera estar exportando não só a manga, que garantiu aos moradores da cidade o apelido de boca amarela, mas também goiaba, pêssego, uva, entre outras frutas.

